

Sul América Serviços de Saúde S.A.
CNPJ 02.866.602/0001-51



Relatório da Administração

Prezados Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Serviços de Saúde S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2016, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes de contabilidade, que foram apresentadas ao Conselho de Administração, que aprovou as normas adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela ANS e compreendem as normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pelas ANS, e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 390, emitida em 02/12/2015. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, estas demonstrações financeiras não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. **1. Conjuntura econômica:** O ano de 2016 foi marcado por surpresas, tanto políticas como econômicas. O Brasil passou pelo pior desempenho econômico e político de novo governo, que busca dar um novo direcionamento à política econômica. A economia brasileira encerrou o ano com uma queda de dois pontos percentuais em comparação ao ano anterior, com queda de 3,5% no PIB em 2016 para US\$60,8 bilhões (3,6% do PIB) em 2015, o que resultou em um déficit em contas correntes de US\$50,8 bilhões (3,6% do PIB) em 2016 para US\$49,8 bilhões em 2015. O déficit em contas correntes do PIB de 1,1% do PIB. Esse desempenho, ainda que resulte em baixa contribuição para o crescimento, constituiu em importante fator para reduzir os efeitos adversos de um ambiente internacional instável. A inflação que se mostrava mais resiliente ao longo da primeira metade do ano ingressou em um processo de redução mais incisivo nos últimos meses de 2016. O IPCA, que encerrou o primeiro semestre contabilizando inflação de 8,84% em termos anuais, recuou para 6,30% no final de dezembro, fechando o ano dentro da banda do regime de metas. O arrefecimento das pressões inflacionárias em meio ao impacto da queda da demanda e da queda da taxa de juros de curto prazo, ao processo de liberalização monetária. Nas duas últimas reuniões do Comitê de Política Monetária, realizadas em 2016, a SELIC foi reduzida de 14,25% para 13,75% ao ano, deixando aberta a possibilidade de continuação e intensificação do ciclo de afrouxamento. No âmbito fiscal, o governo conseguiu importantes avanços na construção de um novo regime baseado, fundamentalmente, no controle das despesas públicas. O novo regime visa restaurar a capacidade de gerar superávits sustentáveis necessários ao estancamento do endividamento público. Ainda que não traga resultados expressivos no curto prazo, essa nova postura se constitui em importante elemento para a restauração da confiança e retomada do crescimento econômico nos próximos anos. As expectativas que cercam o ano de 2017 permitem certo otimismo. O esperado maior dinamismo da economia americana, podendo resultar em desvalorização cambial, dará sustentação ao bom desempenho do setor externo e, consequentemente, ao setor industrial. Avanços na agenda fiscal combinado com juros domésticos em queda contribuirão para o aumento dos investimentos e deverão pavimentar o caminho para a retomada do crescimento econômico em 2017. **2. Principais informações financeiras:**

(R\$ milhões)	2016	2015	Δ
Contraprestações efetivas	1.058,9	851,4	24,4%
Eventos indenizáveis líquidos	(1.011,6)	(814,1)	(24,3%)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	473	372	27,1%
Resultado bruto	35,0	24,9	40,6%
Resultado financeiro líquido	7,5	9,8	(24,0%)
Resultado antes dos impostos e participações	14,2	5,2	173,2%
Resultado Líquido	9,6	2,2	344,8%

3. **Comentário sobre o desempenho:** Em 2016, as contraprestações efetivas totalizaram R\$1.058,9 milhões, 24,4% acima do ano anterior. Os eventos indenizáveis líquidos representaram uma despesa

de R\$1.011,6 milhões, um aumento de 24,3% em comparação a 2015. O resultado das operações com planos de assistência à saúde somaram, dessa forma, R\$473,9 milhões, 27,1% acima do ano anterior e o resultado líquido no final do período foi de R\$9,6 milhões, um aumento significativo em relação a 2015. **4. Distribuição do resultado:**

Descrição (em R\$ milhões)	2016	2015
Lucro antes dos impostos e participações	14,2	5,2
(-) Impostos e contribuições	(2,3)	(1,6)
(-) Participações	(2,3)	(1,5)
Lucro líquido do exercício	9,6	2,2
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(0,5)	(0,1)
Lucro líquido ajustado	9,1	2,1
Dividendos obrigatórios	-	-
25% do lucro líquido ajustado	2,3	0,5
Dividendos obrigatórios antecipados conforme ARD de 09/11/2015	-	-
Saldo dos dividendos obrigatórios	2,3	-

Destinação:

Constituição de reserva estatutária	6,9	1,5
-------------------------------------	-----	-----

5. **Investimentos:** Em 11/03/2015, a Companhia adquiriu participação na empresa Healthways Brasil Serviços de Consultoria Ltda (Healthways), através da subscrição e integralização, em dinheiro, no valor de R\$4,3 milhões. Em 31/12/2016, a Companhia mantinha investimentos diretos na Healthways no montante de R\$8,1 milhões. **6. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento":** A Companhia não possui ativos classificados na categoria "mantidos até o vencimento".

7. **Acordo de acionistas:** A Companhia não é parte de acordos de acionistas.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2017.

A ADMINISTRAÇÃO.

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Notas	2016	2015
Circulante			
Disponível	-	338.982	202.264
Realizável	-	3.575	189
Aplicações financeiras	5	335.406	202.075
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	5	176.668	63.689
Aplicações livres	-	256	410
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	147.664	131.256
Contraprestações pecuniárias a receber	-	147.664	131.256
Créditos tributários e previdenciários	8,1	763	1.482
Bens e títulos a receber	7	10.247	5.648
Despesas antecipadas	-	64	-
Não circulante			
Realizável a longo prazo	-	26.632	21.618
Créditos tributários e previdenciários	8,2	6.978	3.846
Ativo fiscal diferido	8,2	17.696	16.714
Depósitos judiciais e fiscais	13,1	1.958	204
Outros créditos a receber a longo prazo	-	-	854
Investimentos	9	8.052	4.386
Participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	-	8.052	4.386
Outros investimentos	-	8.052	4.386
Imobilizado			
Irregularizável de uso próprio	-	9	22
Não hospitalares/não odontológicos	-	9	11
Outras imobilizações	-	-	11
Total do ativo		373.825	228.492

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Passivo	Notas	2016	2015
Circulante			
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	10	188.797	164.540
Provisão de eventos a liquidar para SUS	-	150.262	117.764
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	-	651	684
Débitos de operações de assistência à saúde			
Comercialização sobre operações	-	12.753	11.645
Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde	-	12.752	11.644
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora			
Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	-	52	2.978
Tributos e encargos sociais a recolher	-	14.013	12.166
Débitos diversos			
Não circulante	-	5.365	6.624
Provisões	-	1.027	2.246
Provisões para ações judiciais	13,2	1.027	2.246
Tributos e encargos sociais a recolher	13,2	4.338	4.378
Tributos e contribuições	-	4.338	4.378
Patrimônio líquido			
Capital social	-	162.000	47.000
Reservas	-	17.663	10.328
Reservas de lucros	-	17.663	10.328
Total do passivo e patrimônio líquido		373.825	228.492

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01/01/2015	47.000	225	41.440	41.665	1	-	88.666
Dividendos intercalares conforme ARD de 30/09/2015 - R\$5.4126 por lote de mil ações	-	-	(13.500)	(13.500)	-	-	
Dividendos intercalares pagos conforme ARD de 09/11/2015 - R\$7.8125 por lote de mil ações	-	-	(19.486)	(19.486)	-	(19.486)	
Alições de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(1)	(1)	
Resultado líquido do exercício:	-	-	-	-	-	2.163	2.163
Proposta da destinação do lucro líquido:	-	-	-	-	-	-	
Reserva legal	-	-	108	108	-	(108)	-
Reserva estatutária	-	-	1.541	1.541	-	(1.541)	-
Dividendos obrigatórios antecipados pagos conforme ARD de 09/11/2015 - R\$0,2061 por lote de mil ações	-	-	-	-	-	(514)	(514)
Saldos em 31/12/2015	47.000	333	9.995	10.328	-	-	57.328
Resultado líquido do exercício:	-	-	-	-	-	-	
Reserva legal	-	-	481	481	-	(481)	-
Reserva estatutária	-	-	6.854	6.854	-	(6.854)	-
Dividendos obrigatórios na proporção de R\$0,3307 por lote de mil ações	-	-	-	-	-	(2.285)	(2.285)
Saldos em 31/1							

continuação

Sul América Serviços de Saúde S.A. | CNPJ 02.866.602/0001-51

5. Aplicações: 5.1. Composição das aplicações:

Descrição	2016			
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda	
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil
Títulos de renda variável	-	-	4	-
Ações	-	-	4	4
Valor recuperável	-	-	(4)	-
Cotas de fundos de investimentos	176.668	176.668	-	- 176.668
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	176.668	176.668	-	- 176.668
Subtotal	176.668	176.668	4	- 176.668
Percentual total contábil	100%	0%	100%	
Total			176.668	
Circulante			176.668	

Descrição	2015			
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda	
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil
Títulos de renda variável	-	-	4	-
Ações	-	-	4	4
Valor recuperável	-	-	(4)	(4)
Cotas de fundos de investimentos	63.689	63.689	-	- 63.689
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	63.689	63.689	-	- 63.689
Subtotal	63.689	63.689	4	- 63.689
Percentual total contábil	100%	0%	100%	
Total			63.689	
Circulante			63.689	

(a) A linha de cotas de fundos de investimentos não exclusivos é composta por fundos de investimentos de renda fixa. 5.2. Movimentação das aplicações:

Descrição	Valor justo por meio do resultado			
	Saldo em 01/01/2015	Aplicações	Rendimentos resgate	Principais resgate
	Saldo em 31/12/2015	Saldo em 31/12/2016		
Saldo em 01/01/2015	68.625	567.618	(9.160)	(572.244)
Aplicações	567.618	779.052	(6.523)	(666.363)
Rendimento resgate			8.850	
Principal resgate				6.813
Resultado financeiro				6.813
Saldo em 31/12/2015	63.689			
Saldo em 31/12/2016		176.668		

5.3. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado: Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa). A Companhia possui uma metodologia de classificação para os ativos que possuem os seguintes níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: (I) Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (II) Nível 2: Informações, exceto os preços cotados (derivados de preços); (III) Nível 3: Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis. Modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo.

Nível 2: Cotas de fundos de investimentos: Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo Administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos. A estimativa utilizada pela Companhia para apurar o valor de mercado dos demais saldos das contas a receber e a pagar contabilizados no circulante e não circulante aproximam-se dos seus correspondentes valores de realização e exigibilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos.

Descrição	2016			
	Nível 2		Nível 3	
	Ativos financeiros	Valor justo por meio do resultado	Total	176.668
Total			63.689	

6. Créditos de operações com planos de assistência à saúde: 6.1. **Contraprestações pecuniárias por vencimento:** As contraprestações pecuniárias a receber, por vencimento, estão distribuídas da seguinte forma:

Descrição	2016			
	2015		2016	
	Nível 2	Nível 3	Nível 2	Nível 3
A vencer				
Total	131.734	113.803	131.734	113.803
Redução ao valor recuperável	(7.105)	(3.348)		
Total a vencer	124.629	110.455		
Vencido				
Total	24.421	24.375		
Redução ao valor recuperável	(1.386)	(3.574)		
Total vencidos	23.035	20.801		
Total de prêmios a receber	156.155	138.178		
Total de redução ao valor recuperável	(8.491)	(6.922)		
Total	147.664	131.256		

12. Partes relacionadas:

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo				Passivo			
			2016		2015		2016		2015	
			2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
SulAmérica S.A. (c)	Controlladora	Sulasapar Participações S.A.	18	-	-	-	-	-	-	-
Saapar Serviços e Participações S.A. (a) (c)	Controlladora	Sul América S.A.	-	-	1	-	-	-	-	-
Sul América Capitalização S.A. - SULACAP (a)	Ligada	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (c) (f) (h)	Controlladora	Sul América Companhia Nacional de Seguros	7.108	4.522	2.285	13.500	-	-	-	-
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	908	1.012	-	-	-	-	-	-
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (a) (c) (d) (e)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	4	-	-	-	-	-
Sul América Companhia Nacional de Seguros (a) (c)	Indireta	Saapar Serviços e Participações S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Sul América Saúde Companhia de Seguro (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-
Sul América Investimento Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (a)	Ligada	Títulos e Valores Mobiliários S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Sul América Odontológico S.A. (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-
Gouveia Vieira Advogados Associados (b)	Ligada	Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Healthways Brasil Serviço de Consultoria Ltda (f) (g)	Coligada	Healthways International, S.A.R.L.	580	-	-	-	-	-	-	-
Total			8.614	5.534	2.290	13.500				

(a) Valor referente ao benefício do plano de saúde a funcionários e dirigentes oferecidos pelas companhias do grupo; (b) Valor referente aos serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza civil, trabalhista e tributária. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente; (c) Valor referente às transações em conta corrente entre empresas do grupo, referente basicamente, as operações com seguro e reembolso de despesas administrativas; (d) Valor referente ao plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores da Companhia; (e) Valor referente ao seguro de vida grupal oferecido a todos os colaboradores; (f) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos a receber entre acionistas, titulares ou sócios; (g) Valor referente à prestações de serviço e soluções em saúde; e (h) Remunerações entre as empresas que compõe a SulAmerica referente a aluguel de imóveis. Em 2016, a Companhia liquidou dividendos no montante de R\$13.500 (R\$2.068 em 2015) para a Sul América Companhia de Seguro Saúde. 13. Depósitos judiciais e fiscais, provisões para ações judiciais e obrigações fiscais: Em 31/12/2016 e 2015, os depósitos judiciais e fiscais, registrados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, assim como a provisão para ações judiciais e fiscais, registradas na rubrica "Provisões para ações judiciais" no passivo não circulante e as obrigações fiscais, registradas na rubrica "Tributos e contribuições", no passivo não circulante, são compostos como demonstrados a seguir: 13.1.

continuação

Sul América Serviços de Saúde S.A. | CNPJ 02.866.602/0001-51

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sul América Serviços de Saúde S.A. São Paulo – SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Serviços de Saúde S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentaram adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Serviços de Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor da auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia não é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração prefera liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omisão ou representações falsas intencionais. • Obtemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e as respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017

Deloitte.DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJRoberto Paulo Kenedi
Contador
CRC 1RJ 081.401/O-5

IMÓVEIS

Com dívidas de R\$ 7,7 bilhões, PDG pede recuperação judicial

Pedido de proteção da Justiça feito pela incorporadora é o maior do setor

A incorporadora PDG Realty, que chegou a ser maior do país em 2010, desbanca a Cyrela, protocolou ontem pedido de recuperação judicial na 1.ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo, com dívidas de cerca de R\$ 7,7 bilhões. Trata-se do maior pedido de proteção da Justiça do setor imobiliário.

A empresa, cujo valor de mercado chegou a bater R\$ 14,4 bilhões no fim de 2010 e agora vale pouco menos de R\$ 142 milhões, sucumbiu à crise do setor - que tem enfrentado um alto volume de contratos (rescisões de contratos) - e deverá levar outras empresas para o mesmo caminho, segundo fontes de mercado ouvidas pelo jornal “O Estado de S. Paulo”.

Trata-se ainda do caso mais complexo do segmento, uma vez que no processo estão sendo incluídos 514 Sociedades de Propósito Específico (SPEs), organizações que a lei exige que sejam criadas para cada projeto imobiliário. Na prática, a Justiça terá de analisar a situação financeira de cada um deles.

Ontem, as ações ordinárias da empresa ficaram entre as maiores baixas da Bolsa, com queda de 10,84%. Os papéis de outras concorrentes em dificuldade também caíram, como a Rossi, que recuou 8,59%. Do total de débitos da PDG, cerca de R\$ 5,3 bilhões são de dívi-

das financeiras com bancos - 65% referem-se a debêntures (títulos de dívida), cédulas de crédito imobiliário e capital de giro. Entre 2014 e 2016, o grupo deu início a intensas renegociações com Bradesco, Itaú Unibanco, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Votorantim para alongar boa parte dos vencimentos para 2020.

A ex-líder do mercado imobiliário tem 30 empreendimentos que ainda precisam ser concluídos, que envolvem 8,2 mil apartamentos. Desse total, 14 obras estão paradas por falta de recursos, apurou a reportagem. Até o ano passado, a PDG contabilizava 684 projetos correspondentes a mais de 146 mil unidades entregues, com presença em São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Maranhão, Minas Gerais, Salvador, Pará e Amazonas e Distrito Federal, em mais de 70 municípios.

Em novembro passado, a incorporadora decidiu contratar especialistas em reestruturação de empresas. Entraram a RK Partners, de Ricardo Knoepfelmacher, conhecido como Ricardo K; e o escritório E. Munhoz, de Eduardo Munhoz. Procurados, os dois não comentam o assunto.

Sob as novas diretrizes, o executivo Márcio Trigueiro, que estava à frente da empresa há pouco mais de um ano, deixou a companhia. Foi substituído por Vladimir Ranevsky, ex-OSX.

Além das trocas na diretoria executiva, o banqueiro Gilberto Sayão, fundador da gestora Vinci Partners (maior acionista da construtora), deixou a presidência do conselho.

Constituída em 1998, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, a PDG passou a atuar como incorporadora a partir de 2003, sob a condução de ex-sócios do BTG Pactual, como José Grabowsky, conhecido como Zeca, um dos fundadores do grupo. Os grandes saltos da PDG ocorreram após a abertura de capital em 2007. Entre 2008 e 2010, foi uma das maiores consolidadoras do setor, com a compra dos grupos CHL, Goldfarb e Agre, principais empresas do segmento na época. Mas a liderança durou pouco. A fusão de várias empresas revelou dificuldades na unificação dos processos e perda de eficiência. A partir de 2012, começaram os atrasos de obras e os estouros de orçamentos. Zeca, como era conhecido, deixou a presidência em 2012, com a entrada do bilionário Gilberto Sayão, da Vinci. De lá para cá, a PDG sucumbiu à crise e agora busca nova saída.

Os consumidores atingidos pela recuperação judicial da PDG vão muito além dos donos dos 8,2 mil apartamentos dos 30 projetos cujas obras não foram concluídas. Entre os prejudicados estão pessoas que haviam comprado e devolvido imóveis à incorporadora,

dono de apartamentos com problemas de infiltração e elétricos e compradores que não conseguem a escritura da propriedade.

No site Reclame Aqui, em que consumidores expõem problemas que tiveram com empresas, 1.937 queixas contra a PDG (que atua sobre todo no segmento residencial) foram registradas no ano passado, e nenhuma delas foi atendida. O número é inferior ao de 2015, quando houve 2.824 reclamações, mas 89,5% foram respondidas.

Nesta semana, o vendedor Felipe Aparecido dos Santos abriu uma queixa no site por não ter recebido R\$ 3,6 mil que a empresa lhe deve. O valor é referente à parcela de fevereiro de um apartamento que ele devolveu à PDG em julho do ano passado, após comprá-lo em 2012. Dos R\$ 30 mil que Santos pagou de entrada à incorporadora, 78% devem ser restituídos em oito prestações. A penúltima parcela, ele não recebeu. “Agora, acho que já era. Eu ligo para a empresa e dizem que não têm prazo para o pagamento.”

A coordenadora comercial Ana Carolina de Gois Bourguignon está morando na casa dos sogros, após desistir da compra de um apartamento cujo prazo de entrega estava atrasado. Entrou na Justiça para receber os R\$ 60 mil que deu de entrada, ganhou a causa, mas ainda não recebeu o valor devido. Segundo

o advogado Marcelo Tapai, se a Justiça aceitar o pedido de recuperação da PDG, os clientes não devem receber os valores dos distratos por pelo menos 180 dias, pois a empresa poderá suspender pagamentos.

Dificuldade para conseguir o registro do imóvel é outro problema enfrentado pelos clientes da PDG. A analista de comércio exterior Julian Garcia já mora no apartamento adquirido da incorporadora há um ano, mas ainda não conseguiu registrá-lo em seu nome, porque a PDG não pagou o financiamento que havia feito para levantar a obra, conta. Ela precisa de um documento que comprove que a empresa quitou o empréstimo com o banco para conseguir a transferência de propriedade. Ainda de acordo com Tapai, esses casos de registro devem ser os mais fáceis de ser resolvidos. “A hipoteca fechada entre o banco e a construtora não interfere no direito do proprietário.”

A falta de caixa da PDG vem impedindo até pequenos reparos, como o conserto de uma infiltração no apartamento da enfermeira Patrícia Basso. Ela comprou um imóvel com garantia e precisa que seja feita uma impermeabilização no banheiro, mas, desde dezembro, os atendentes da empresa dizem que não há prazo para o reparo ser feito. Procurada, a empresa não comentou o assunto.

ABIMAQ

Máquinas e Equipamentos: receita líquida da indústria cai

A receita líquida da indústria de máquinas e equipamentos caiu 19% em janeiro em comparação com dezembro do ano passado. Em relação ao mesmo mês de 2016, a receita ficou estável, registrando aumento de 0,3%. Os dados são da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

De acordo com a associação, “os sinais do mercado continuam contraditórios com relação a uma possível recuperação da economia”. “Mesmo diante de uma retomada da economia, a indústria de máquinas e equipamentos deve ser a última a voltar a crescer em função do elevado nível de ociosidade da indústria que leva ao adiamento dos investimentos produtivos”, diz a entidade.

A indústria de máquinas e equipamentos encerrou janeiro deste ano com 292,4 mil pessoas ocupadas, o que representa uma queda de 6,1% (ou 18,9 mil empregados a menos) em relação a janeiro do ano passado. Com isso, o número de pessoas ocupadas do setor voltou para o nível de 2004 (em maio daquele ano, eram 290,3 mil empregados). “Desde 2013, quando teve início a queda de faturamento da indústria de máquinas, foram eliminados mais de 87 mil postos de trabalho no setor”, diz a Abimaq.

A associação disse que a valorização do real voltou a prejudicar a competitividade da indústria de transformação brasileira. “O cenário para a taxa de câmbio melhorou ligeiramente com a vitória de [Donald] Trump na eleição presidencial dos EUA, por causa do aumento da incerteza somado à expectativa de alta da taxa de juros norte-americana. Mas no último mês a moeda brasileira voltou para a casa dos R\$ 3,10”.

Em janeiro deste ano, as exportações caíram 38,7% em relação ao mês imediatamente anterior e 12,4%, na comparação com o mesmo mês de 2016. “Um dos poucos vetores para a saída do setor da crise brasileira, as exportações, deixa de existir”, disse a entidade.

Os principais destinos das exportações brasileiras de máquinas e equipamentos são, pela ordem, América Latina, Estados Unidos e Europa. Em 2017, houve um aumento na participação da América Latina nas exportações brasileiras e queda das exportações para a Europa. A participação da China, que no início de 2016 foi significativo, em 2017 não apresentou resultado expressivo.

O desempenho das importações manteve a tendência de estabilidade observada no último trimestre de 2016. Em janeiro de 2017, a importação cresceu 0,4%, na comparação com o mês de dezembro do ano passado. Na comparação com janeiro de 2016, a queda foi 15,6%.

PETRÓLEO

Governo reduz em 50% exigência de conteúdo local para o setor

O governo reduziu em cerca de 50%, em média, a exigência de conteúdo local para contratação de equipamentos de equipamentos pela indústria de petróleo na exploração de novas áreas. A nova metodologia valerá para os leilões da Agência Nacional de Petróleo (ANP) previstos para setembro (14.ª rodada) e novembro (3ª rodada do pré-sal).

A redução se deu por meio da mudança da forma de cálculo do conteúdo local nos equipamentos. Em vez de um complicado sistema com mais de 90 itens, que descia a detalhes como o tipo de tubo utilizado num equipamento, a apuração agora será global. Nos campos de exploração em terra, ele será calculado nas duas etapas do processo exploratório: exploração e desenvolvimento da produção.

Nos dois casos, o conteúdo local será de 50%.

“Entendemos que, melhor que porcentual alto, inexequível, é melhor um porcentual baixo que todos possam atingir”, disse o ministro de Minas e Energia, Fernando Bezerra Coelho Filho, ao anunciar a medida. Para os campos em mar em profundidade superior a 100 metros, o índice exigido na exploração será de 18%. A etapa de desenvolvimento da produção terá quatro índices: 25% na construção do poço, 40% no sistema de coleta e 25% nas unidades estacionárias de produção (plataformas). No geral, esses números representam um corte de aproximadamente 50% em relação às exigências atuais, segundo Bezerra Filho, que creditou às exigências elevadas anteriores a grande quantidade de multas por

descumprimento.

O secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto Almeida, informou que, ao contrário das rodadas passadas, o índice de conteúdo local não será mais critério de pontuação. “Nenhum país do mundo tem uma política de conteúdo local com mais de 90 itens controlado por notas fiscais”, disse.

A exigência de alto índice de conteúdo local nos equipamentos de petróleo era uma norma considerada imutável nos governos Lula e Dilma. A justificativa era fomentar a indústria nacional de petróleo. Mas as grandes petroleiras pediam essa mudança, argumentando que a exigência acabava tornando os equipamentos muito mais caros, e que a indústria nacional não tinha

capacidade para a entrega de vários equipamentos necessários. Por isso, as petroleiras comemoraram as mudanças. Em comunicado, o Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) afirmou que as medidas vão “colaborar para desatravar investimentos, gerar empregos e estimular maior competição da 14.ª rodada de blocos”.

Para representantes da indústria local, porém, a mudança será desastrosa. “É uma política que vai exportar empregos”, disse o presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), José Velloso.

Para atender à indústria nacional, o governo prometeu destinar recursos para a qualificação dos fornecedores da cadeia de petróleo, para que eles possam competir com os importados. Parte dos recursos de pesquisa e desenvolvimento, correspondente a 1% do faturamento das operadoras, será destinada a um programa com essa finalidade. “Não funciona”, reagiu Velloso. Ele explicou que o problema do setor de máquinas não é tecnologia, e sim a concorrência desequilibrada que sofre em relação aos importados, que chegam ao País sem pagar impostos. O governo estima arrecadar R\$ 4,5 bilhões este ano com leilões de óleo e gás. Nessa conta não está a terceira rodada do pré-sal, prevista para novembro. As mudanças anunciadas ontem ainda terão de passar por uma reunião extraordinária do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), prevista para março. (Colaboraram Anne Wirth e Fernanda Nunes)